

Revista Econômica

Revista do Programa
de Pós-Graduação em
Economia da Universidade
Federal Fluminense

INTRODUÇÃO

Thiago Monteiro de Souza¹

Jéssica Maldonado²

A Renda Básica Incondicional (RBI) tem sido foco de recorrentes debates no estado do Rio de Janeiro na última década. Muito se deve ao sucesso da Renda Básica de Cidadania implementada em Maricá. No contexto da pandemia do Covid-19, outras cidades fluminenses seguiram o exemplo de Maricá e implementaram suas próprias versões de RBI³ acopladas a moedas sociais (e.g., Niterói, Cabo Frio, Saquarema). O presente dossiê especial se inspira nesse contexto e em um Workshop realizado em 25 de março de 2024 na Universidade Federal Fluminense intitulado

1 Doutorando na UMinho e investigador no CEPS. Atualmente, o seu principal tema de estudo é o Rendimento Básico Incondicional e suas perspectivas ambientais. Thiago é mestre em Ciéncia Política (Universidade Nova de Lisboa) e licenciado em Direito (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Em 2022 iniciou o seu programa de doutoramento na UMinho, com o projecto de investigação intitulado “O valor moral, político e ecológico do RBI: um exame crítico de experiências piloto”. Os seus interesses de investigação principais são: Rendimento Básico Incondicional, Pós-produтивismo, Crise climática, Republicanismo. Email: thiagocmsouza95@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9093-3071>.

2 Doutoranda em Ciéncias Económicas na Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre e bacharel em Economia pela mesma universidade. Pesquisadora no Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento (CEDE/UFF) e pesquisadora visitante na Universidade de Illinois em Urbana-Champaign (UIUC). Foi pesquisadora líder de análise qualitativa no projeto de avaliação da Renda Básica de Cidadania de Maricá em parceria com o Jain Family Institute. Atualmente, atua como assistente de pesquisa no projeto Building from the Bolsa: The Urban Politics of Basic Income Programs during and after the Covid-19 Pandemic em parceria com o Lemann Center for Brazilian Studies da UIUC. Tem experiéncias com pesquisas na área de economia social e microeconomia aplicada, com ênfase em discussões sobre transferéncias de renda e sobre Estado de bem-estar social. Email: jessicamaldonado@id.uff.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0188-0375>

3 O Rendimento Básico Incondicional (ou Renda Básica) caracteriza-se por ser uma transferéncia monetária, individual, incondicional (independente da ocupação do beneficiário), universal (e atribuída a todos os membros dumha determinada comunidade política, independentemente do seu nível de rendimento) e regular. O valor atribuído deverá permitir colmatar necessidades básicas, existindo propostas que exigem um RBI que permita uma vida com dignidade. Importa destacar que as políticas de renda básica de Niterói ou Maricá não cumprem todos os requisitos da definição teórica de RBI, uma vez que não são universais (nem todos os residentes de ambas as cidades recebem), o valor atribuído, embora tenha aumentado, não é suficiente para cobrir necessidades básicas (independente da definição) e, finalmente, a transferéncia é feita em moeda local pelo que, dependendo das lojas aderentes, os beneficiários enfrentam um grau de condicionalidade na sua utilização. Ainda assim, com a crescente expansão dos beneficiários, sobretudo na cidade de Maricá, ambas as políticas ilustram alguns dos exemplos mais próximos do que poderia ser um RBI.

“Vivências e diálogos entre filosofia, economia e política”. O Workshop foi organizado em um esforço conjunto por parte da Universidade sediadora e da Universidade do Minho (Braga, Portugal). A partir de quatro das apresentações feitas no congresso, o presente dossiê foi planejado.

Em sequência ao congresso, a equipe do Centro de Ética, Política e Sociedade (CEPS) da UMinho⁴ realizou visitas técnicas a secretarias das prefeituras de Niterói e de Maricá, no intuito de coletar dados e aprendizagens que providenciam novos caminhos de investigação, bem como oportunidades para eventos futuros. As informações e aprendizagens recolhidas nas visitas permitem ilustrar o contexto que explica muitos dos argumentos dos artigos do dossiê. Assim sendo, a presente introdução começa por apresentar os principais momentos das visitas, seguindo-se do resumo dos artigos que constam do dossiê especial.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E RENDA BÁSICA DE CIDADANIA: PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL

Em março de 2023 a equipe de pesquisadores da Universidade do Minho teve a oportunidade de visitar os municípios de Maricá e Niterói.

A visita técnica à Maricá foi dividida entre uma visita ao Banco Mumbuca e à Secretaria de Economia Solidária. Criados há cerca de 10 anos (considerando o ano de 2024 como referência final), ambos são pilares essenciais para compreender a política de Maricá atualmente. No Banco Mumbuca, os visitantes de Portugal foram recebidos pela presidente Manuela Mello, enquanto na Secretaria da Prefeitura foram recebidos pelo subsecretário de Economia Solidária Adalton Mendonça. Ambas as conversas permitiram conhecer mais sobre o contexto histórico, político e social da cidade, bem como as suas políticas de desenvolvimento da economia solidária, incluindo a política de Renda Básica de Cidadania.

O subsecretário situou o contexto histórico-político de Maricá, que era há algumas décadas uma cidade agrária e satélite. Como tal,

⁴ Destas entrevistas resultou um relatório, cujo resumo se apresenta nesta introdução. Fazem parte dos pesquisadores do CEPS-UMinho que realizou as entrevistas e elaborou o relatório Thiago Souza e Catarina Neves.

sofría duma fuga de investimento produtivo sendo maioritariamente uma cidade-dormitório: os habitantes dormiam em Maricá, mas trabalhavam e consumiam nos municípios vizinhos. Ademais, a população maricaense pode ser considerada como historicamente conservadora. No entanto, isto não impediu que a cidade elegesse um governo social e assistencialmente progressista, com maioria legislativa estável desde 2008. O subsecretário aponta que o sucesso das políticas de Economia Solidária está diretamente ligado à possibilidade de planejamento de longo-prazo do governo local. Para além do contexto político, foram ainda descritas as redes de conhecimento geradas maioritariamente pelos pesquisadores da Universidade Federal Fluminense, que contribuíram para a disseminação das políticas de economia solidária. Esta rede foi essencial para o processo de evolução do guarda-chuva de políticas sociais da cidade. Como mencionado pelo subsecretário, atualmente as políticas de economia solidária na cidade desenvolvem-se tendo por base dois grandes eixos: (i) uma visão estratégica da economia da cidade que se foca na promoção do empreendedorismo e no desenvolvimento econômico de grande impacto e (ii) a promoção de crescimento verde sustentável.

Para compreender a evolução econômica da cidade, Manuela Mello ofereceu uma retrospectiva do trabalho desenvolvido na cidade. A Renda Básica foi criada para aliviar as situações de pobreza existentes na cidade. Inicialmente, foi financiada com receitas da prefeitura. Em um segundo momento, a partir da descoberta de petróleo, passou a ser financiada pelos royalties do recurso. O Banco Mumbuca é responsável por gerir e operacionalizar a moeda social (chamada de mumbuca), sendo que toda política conectada à moeda social passa pelo Banco. Atualmente, a receita do Banco advém em larga escala da taxa de 2% de utilização do cartão mumbuca. A partir dessa taxa, garante-se maior independência do financiamento da RBC em relação às receitas do petróleo, além de financiar microcrédito e assim, estimular a economia solidária.

Além da Renda de Cidadania, foram criadas outras políticas públicas como o 'Mumbuca Futuro', que incentiva a frequência escolar de jovens⁵.

⁵ O 'Mumbuca Futuro' trata-se duma transferência monetária para jovens, associada ao seu desempenho escolar, visando apoiar e incentivar a frequência na escola dos jovens de Maricá.

Foi relatado o papel chave da pandemia na política de renda básica, em particular, na sua expansão - em termos de valor e de abrangência da população. Em 2020 é criado um programa de auxílio emergencial individual em Mumbucas, e outro de apoio a empresas que não podiam continuar em operação, tendo por objetivo evitar a destruição de postos de trabalho. Com estas alterações, em março de 2020, o banco passou de 3 mil para 10 mil beneficiários do cartão mumbuca. Já em 2023, sofreria um crescimento também impressionante, passando a conferir a RBC para 92 mil pessoas, cerca de 50% da população Maricaense. Além disso, todas as transferências sociais do município passaram a ser feitas pelo cartão *mumbucard*. A universalização da utilização da mumbuca tem permitido aumentar a sua circularidade, naturalizando a sua utilização. Dessa forma, tem sido possível reduzir a estigmatização que nos primeiros anos de utilização era associada ao cartão e moeda mumbuca. Importa ainda destacar que Manuela Mello acredita que a redução do estigma não resultou apenas da maior abrangência no uso da moeda, mas também no esforço da prefeitura em envolver diferentes *stakeholders* no processo. Foi feito um esforço de apresentação da moeda mumbuca junto dos seus beneficiários e dos comerciantes da cidade, procurando destacar que a mumbuca e a RBC são motores de desenvolvimento social e não meros instrumentos de assistencialismo.

Foi ainda destacado que há hoje um esforço em Maricá para potencializar a circularidade da moeda dentro da cidade, buscando evitar a evasão dos recursos pelas grandes empresas, que podem converter a moeda para Real e com isso gerar fuga de capital da cidade. O aumento da circularidade implica uma maior garantia da sustentabilidade da moeda e de todos os programas associados (ex. microcrédito), graças à taxa cobrada por cada utilização. Para além das iniciativas de feira solidária, Manuela Mello citou também medidas de incentivo como *cashback*, quando os beneficiários utilizam o comércio local, como uma forma adicional de enfrentar o grande desafio da fuga de capital da cidade. Nesse sentido, há um forte estímulo do pequeno comércio na cidade, fomentando cadeias econômicas e produtivas que sejam começadas e terminadas dentro do município.

Em Niterói, os pesquisadores da UMinho foram recebidos pelo

secretário Elton Teixeira e pelo seu assessor Maicon Carlos. A conversa teve início com uma exposição histórica do tema das transferências de renda no Brasil. Foi apontado que a partir da interrupção do mandato de Dilma Rousseff houve uma grande mudança na política assistencialista no Brasil, com o crescimento dos índices de pobreza e vulnerabilidade social, agravados pela pandemia de covid-19. Ao passo que se notou uma redução significativa das políticas de apoio social a nível federal e estadual, o contexto da pandemia abriu espaço para que a prefeitura atuasse no campo da assistência social para evitar um colapso socioeconômico em Niterói. É no momento pandêmico que a prefeitura de Niterói implementa um programa de renda básica temporária que chega a quase 500 mil pessoas - no equivalente a 50 mil famílias às quais foi atribuído perto de 500 reais por mês. Os beneficiários foram selecionados tendo por base o Cadastro Único federal. Como discutido na reunião, os responsáveis municipais identificavam lacunas no programa, como o fato de ser indiferente ao número de agregados familiares e o fato de não potenciar a economia local, ou seja, o dinheiro atribuído poderia ser gasto fora da cidade, gerando significativa fuga do investimento da prefeitura. E assim nasce o programa de Renda Básica em Niterói, associado a uma moeda social que viabiliza a transferência, chamada de Araribóia. Inicialmente, o pagamento era de 250 araribóias (que detém o mesmo valor do real, moeda oficial brasileira, BRL) para o principal agregado familiar, somado a 90 araribóias para cada um dos restantes, sendo atribuído a famílias cuja renda se encontra abaixo da linha da pobreza (na altura da entrevista, constava como cerca de 218 BRL per capita). A transferência foi atualizada para 308 araribóias para o familiar principal e 112 araribóias por agregado, podendo atingir um máximo de 868 araribóias (ou seja, 868 BRL). Além disso, o programa é complementar a outros apoios - como a Bolsa Família - e é uma transferência individual, podendo abranger até seis membros do agregado familiar. Tal como em Maricá, a transferência é financiada pelos royalties da exploração do petróleo. Mas ao contrário de Maricá, não é necessário um cadastro adicional específico do município: a autarquia utiliza o cadastro único como base. Atualmente, a transferência abrange cerca de 37 mil famílias. Importa ainda destacar o grande número de políticas que surgem em conjunto com o programa de renda básica, e que parecem alimentar o plano estratégico

de futuro da cidade, definido para um horizonte temporal de 30 anos. Destacam-se por exemplo as diversas oportunidades de desenvolvimento profissional dentro de comunidades carentes da cidade oferecidas pela prefeitura. Além disso, a partir da implementação da renda básica, o poder público municipal envolveu os comerciantes e microempreendedores no processo: perceberam as suas preocupações e fizeram um trabalho de comunicação do que era uma moeda social e os seus benefícios.

Como em Maricá, permanece o desafio da retenção de capital na cidade. Nesse sentido, a prefeitura criou um Fórum de Economia Solidária, procurando incentivar a criação de negócios de índole cooperativista, tentando fomentar um sentimento de pertencimento e comunidade entre os beneficiários das diversas políticas sociais. Ademais, há grande preocupação entre o poder público para que haja alta circularidade da moeda social entre os residentes e os beneficiários, evitando a evasão dos recursos para grandes empresas. Ainda que com limitações, os resultados mostrados pelos agentes públicos têm se provado positivos, garantindo o fortalecimento econômico de grupos sociais mais carentes junto a um crescente enfrentamento à crise climática.

Importa destacar algumas diferenças entre ambas as políticas. Na primeira cidade, há um forte incentivo ao empreendedorismo, muitas vezes de caráter individual. Diferentemente de Niterói, não há uma tentativa direta do poder público em influenciar o modelo de *ownership* dos negócios criados na cidade. Enquanto Niterói privilegia modelos cooperativos e encoraja através do financiamento atividades em áreas de maior interesse público, Maricá opta por uma abordagem menos direcionada, privilegiando a liberdade de iniciativa privada. Ainda assim, a prefeitura de Maricá tem procurado contrariar esta tendência, promovendo redes de empreendedores e feiras de economia solidária, ou modelos de transporte gratuito e hortas comunitárias.

Para além do foco das políticas de economia solidária, verificam-se ainda diferenças na coexistência entre os objetivos de desenvolvimento econômica e os de sustentabilidade ambiental. Em Maricá foram implementados uma série de estímulos para pequenos agricultores, desenvolveram-se hortas comunitárias e os moradores foram encorajados a construir as suas próprias hortas, gerando um ciclo virtuoso para

o comércio local, que tem sido fortemente guarnecido pela crescente produção agrícola no município. No entanto, existem planos de fomento do turismo de Maricá, e de atracão de negócios de grande escala na cidade (i.e., heliporto), os quais podem concorrer negativamente para uma agenda ecologista, embora seja inegável o seu potencial impacto no desenvolvimento econômico da cidade. Em Niterói, as políticas de desenvolvimento ambiental são ainda embrionárias, sendo a própria renda básica bastante recente. No entanto, verifica-se também uma aposta em transportes coletivos, e no desenvolvimento de cartões de moeda local de incentivo a comportamentos verdes, que concorrem para estes objetivos. Além disso, a existência de um plano de transição energética para 30 anos demonstra um compromisso com uma agenda ecologista, ainda que seja precoce constatar se o mesmo se concretiza em políticas associadas com a renda básica.

SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DESTE DOSSIÊ ESPECIAL

Em “Estigma e discricionariedade: a relação dos agentes públicos com as beneficiárias do Bolsa Família”, a Professora Mani Tebet analisa, a partir de uma pesquisa etnográfica como estigmas e discricionariedade são construídos nas interações entre agentes públicos e beneficiárias do programa Bolsa Família em uma periferia do Rio de Janeiro. Utilizando observação participante, etnografia em diversos espaços públicos (como escolas e centros de saúde) e 70 entrevistas com beneficiárias, atores institucionais e vizinhos, a pesquisa busca entender como essas dinâmicas afetam o acesso e o tratamento dentro do programa.

No segundo texto “A ‘revolução social de Maricá’: renda básica, moeda social e promoção de desenvolvimento inclusivo”, Diego Moreira Maggi e Camila Amancio Stamm analisam as transformações econômicas e sociais ocorridas em Maricá, Rio de Janeiro, impulsionadas pelas políticas sociais do município, como o programa de renda básica em moeda social local (Mumbuca) e a tarifa zero no transporte público. Utilizando dados estatísticos, os autores destacam o impacto dessas medidas no crescimento econômico local e na inclusão social.

Em seguida, a Professora Catarina Neves examina, no seu artigo “Uma Renda Básica Verde é Possível? O caso de Maricá no Brasil”, o potencial de uma RBI como uma ferramenta para enfrentar as mudanças climáticas. Embora a RBI seja vista como uma solução universal e incondicional, o texto argumenta que sua implementação dentro de uma agenda ecológica enfrenta desafios relacionados ao design institucional e às tensões entre autonomia individual e promoção de políticas ambientais.

Por fim, o dossiê traz a contribuição dos Professores Luiz Arthur Silva de Faria, Henrique Pavan Beiro de Souza, Anderson Carlos Nogueira Oriente, Bruno Chapadeiro Ribeiro em “Moedas sociais digitais no Estado do Rio de Janeiro e sua diversidade: do comunitário ao municipal, do microcrédito à renda básica”. Este artigo investiga as diferentes formas de implementação das moedas sociais no Estado do Rio de Janeiro, com ênfase nas experiências comunitárias e municipais.

Este Dossiê Especial faz parte do projeto intitulado O Valor Moral, Económico e Social do Rendimento Básico (UBIECO), de referência 2022.02143.PTDC, liderado pelo Professor Doutor Roberto Merrill (UMinho, CEPS).